

OUTROS RELATOS OUTRAS HISTÓRIAS: PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, UM ESPAÇO DE DINÂMICAS E SOCIABILIDADES

Rudy Nick Vencatto¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar o imaginário e os diversos sentidos construídos sobre, e para, o Parque Nacional do Iguaçu. Oficialmente criado em 1939, ao longo das décadas o parque foi adquirindo valores que o transformaram na atualidade em um espaço da presença selvagem. Entretanto, este espaço também foi palco de ocupação e colonização por grupos de migrantes que chegaram na década de 1960, imbricados no processo mais amplo de ocupação das fronteiras nacionais. Sobre este panorama, o artigo busca, a partir dos relatos orais, refletir outros sentidos que o Parque Nacional do Iguaçu adquiriu e ainda está presente nas memórias destes sujeitos. É possível compreender que a natureza sacralizada nos discursos dos órgãos que administram o parque, em outros momentos vislumbrou das mãos humanas, e para estes sujeitos, o Parque Nacional do Iguaçu está repleto de outros valores que vão além de uma natureza selvagem e intocada.

Palavras chave: Parque Nacional do Iguaçu; Natureza; Cultura; História Oral.

Abstract: This article aims to problematize the imaginary and the diverse meanings built on, and for the Iguazu National Park. It was officially created in 1939 and over the decades the park acquired values that have transformed it into wild space presence. However, this space was also the scene of occupation and colonization by migrant groups who arrived in the 1960s, embedded in the broader process of national border occupation. On this background and using oral histories, this article claims to reflect about other meanings that the Iguazu National Park acquired and is still present in the memories of these subjects. It is possible to understand the nature enshrined in the discourse the organs that manage the park, that in other times had saw from human hands and for these subjects the Iguaçu National Park is replete of other values that go beyond a wild and untouched nature.

Keywords: Iguaçu National Park; Nature; Culture; Oral History.

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Professor do curso de História da Universidade do Paraná – UNIPAR. E-mail: rudy_nick@hotmail.com

Tempos Históricos	Volume 15 - 2º Semestre - 2011 - p. 337 - 361 SSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão eletrônica)
----------------------	---

O Parque Nacional do Iguaçu – PNI foi criado oficialmente durante o governo de Getúlio Vargas em 10 de janeiro de 1939, através do Decreto-Lei Nº 1.035. Ao longo do tempo, sua extensão territorial passou por diversas modificações englobando questões de temporalidades, que culminaram na década de 1970 no processo de expropriação de agricultores colonos. Este processo por sua vez, legitimou e oficializou os limites territoriais atuais do parque.

Localizado na região Oeste do Paraná a aproximadamente 700 km da capital Curitiba, o PNI, constitui na atualidade um conjunto de terras transfronteiriças de áreas naturais protegidas, englobando áreas de dois países, Argentina e Brasil. Sua área perfaz um total de 2.528,825 km (252.882,5 ha), sendo 1.852,625 km (185.262,5 ha) no lado brasileiro e 676,20 km (67.620 ha) na área Argentina. (RICOBOM, 2001: 3)

Ao longo dos anos, a demarcação e os usos do PNI motivaram diversos problemas e conflitos na região. Um exemplo destes enfrentamentos está na problemática da “Estrada do Colono”, uma estrada que cortava o atual PNI e que foi local de travessia utilizado por muitos daqueles que migraram para ocupar/colonizar o espaço Oeste do Paraná. Ainda na década de 1980, a estrada foi fechada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. No final da década de 1990 foi reaberta, sendo novamente fechada em 2011. Este espaço foi palco de tensão e conflito social, mas para aqueles que tiveram suas vidas e famílias divididas este processo continua vivo em suas memórias. (JORNAL MENSAGEIRO, 2009: 05)

Chamo a atenção, pois o Parque Nacional do Iguaçu, antes mesmo de ser pensado enquanto espaço de reserva natural protegida, fora um espaço que assumira outros significados e valores

para muitas famílias. Com o passar do tempo e com os debates ambientais em movimento, as pessoas que viviam no PNI, como também distintas populações, passaram a ter suas vidas modificadas e/ou ameaçadas, com a construção dos espaços selvagens que deveriam ser isolados da presença humana.

Após a criação oficial do parque, na década de 1940, apoiado pelo Chefe da Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, um movimento da comunidade científica brasileira solicitou a ampliação da área total do parque. Em 1944 através dos decretos nº 6.506, de 17 de maio, nº 6.587, de 14 de Junho e nº 6.664, de 7 de Julho, a área do parque foi ampliada estendendo-a quase aos limites atuais. Entretanto, o Governo Federal não indenizou os antigos proprietários das glebas anexadas. Estes por sua vez, acabaram vendendo as terras para terceiros dando origem a vários núcleos populacionais, como Santo Alberto, São José do Iguaçu, Índios, Iguaçulândia, Capoeirinha entre outros. (RICOBOM, 2001: 36)

Baseados principalmente em projetos de colonização privados que, a partir de 1940, receberam grande estímulo da Marcha para o Oeste, estes núcleos populacionais em formação nos anos de 1960, estavam engendrados no processo mais amplo da ocupação e colonização das fronteiras nacionais. Desta forma, os colonos que migraram para este espaço não ocuparam o parque no sentido que hoje o conhecemos.² Ocuparam uma área de fronteira enquanto área de fronteira agrícola e fronteira nacional, considerada de proteção em relação aos países vizinhos.³

² Sobre colonização ver: BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³ Através da legislação, fronteira consiste em uma faixa de terra que compreende uma área de 150 Km de largura, paralela à linha divisória do território nacional. Fronteira não deve ser entendida apenas em seu sentido geográfico. Tratada como área de Segurança Nacional, é proibida, sem autorização do órgão federal competente, a concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso, estabelecimento e/ou exploração de indústrias que interessem a segurança nacional. (Cf.

Por meio da iniciativa do Ministério da Agricultura, em 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, iniciou os trabalhos de demarcação da área do PNI com o objetivo de regulamentar a situação fundiária do parque. Neste levantamento, foi oficialmente constatado a presença de moradores no interior do parque e iniciou-se, junto a estes, os possíveis cálculos para o pagamento de indenizações das futuras expropriações.

Em 1970, o IBDF firmou um convênio com o INCRA que tinha como objetivo pensar a preservação e a destinação de áreas que seriam transformadas em parques nacionais. O convênio ainda previa a transferência dos ocupantes das áreas dos futuros parques para outros locais sendo que, no caso do Oeste do Paraná, a área considerada prioritária foi a do atual PNI.

Após concluírem os levantamentos e avaliação das benfeitorias, em 1972, o INCRA constatou a existência de 457 famílias, com a seguinte distinção: “158 com títulos oriundos do Governo do Estado e 299 sem títulos de propriedades, sendo simples ocupantes, arrendatários, parceiros e empregados rurais; a área ocupada era de 12.000 ha com mais de 4.000 ha de culturas”. (PLANO DE MANEJO, 1981: 11)

A decisão tomada pelos órgãos responsáveis, IBDF e INCRA, foi a total expropriação das terras. Para isso, a solução encontrada foi desapropriar 12.500 hectares entre os municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu e destinar esta área para o reassentamento das famílias que seriam removidas. Este espaço por

Lei nº 6634, de 02/05/79 e Decreto nº 85.064, de 26/08/80, que dispõem sobre a Faixa de Fronteira). Todavia, para José de Souza Martins, ela representa as complexidades do humano, um lugar das diferenças étnicas, socioeconômicas e até mesmo de classes. “Fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos.” “É a disputa pela definição da linha que separa Cultura da Natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica.”. (MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro*. Editora HUCITEC. São Paulo, 1997. p. 11-12)

sua vez deu origem ao que o INCRA denominou de Projeto Integrado de Colonização Ocoí, PIC-OCOÍ. É importante destacar que depois da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu com a formação do lago, este espaço foi reduzido para 4.500 hectares, ficando situado apenas no município de São Miguel do Iguaçu.⁴ Atualmente estão localizados neste local os distritos de Santa Rosa do Ocoí, Santa Cruz do Ocoí e São José do Ocoí, todos pertencentes ao município de São Miguel do Iguaçu.

Assim apenas em 1981, através do Decreto nº 86.876, foram estabelecidos e demarcados os limites atuais do PNI, após um longo e duro processo de expropriação das famílias que residiam em seu interior. (RICOBOM, 2001: 36) A partir da década de 1980, oficialmente demarcado como livre da presença humana, os discursos reivindicadores de uma natureza selvagem e intocada passaram ganhar maior evidência. Entretanto, no processo de formação e delimitação do parque, os sujeitos envolvidos, seja de um lado os agricultores, ou de outro, órgãos federais e estaduais responsáveis, possuíam seus próprios conceitos e olhares sobre o que é natureza.

Para os agricultores colonos, a reconstituição dos espaços, segundo modelos de organização social já preconcebidos, era a garantia de sobrevivência. Em muitas das entrevistas realizadas, a floresta emerge como espaço selvagem que deveria ser domesticado pela presença humana para produzir as condições materiais de existência. Para isso, a derrubada da mata muitas vezes se fazia necessária para liberar espaço para o plantio.

Para órgãos como IBDF, o verde, a floresta, deveria estar distante da presença humana para que continuasse existindo. A natureza selvagem e intocada era aquilo que deveria ser mantido.

⁴ Com este novo processo de desapropriação em menos de 10 anos, a busca por novos viveres encaminhou estes sujeitos para o Centro Oeste e Norte do País e até mesmo para o Paraguai.

Todavia, cabe refletir como estes valores foram e são construídos. A natureza não demarca a si mesma. O que define um espaço enquanto selvagem? O que define natureza? Quando e como natureza passou a ser entendida ausente da presença humana?

É importante analisar os debates que instituíram algumas questões e definições ambientais no Brasil, mas que de alguma maneira são modelos provenientes de debates realizados em outros países. Visualizando o movimento que ao longo das décadas do século XX criou sentidos justificadores que motivaram e estruturaram as legislações ambientais será possível entender o processo de formação das chamadas Unidades de Conservação – UC.

Para Simon Schama, é necessário estar atento, pois, antes mesmo de estarmos lidando com uma natureza, estamos lidando com olhares que foram lançados sobre esta natureza e que de alguma maneira, instituíram significados para estes espaços. Para o autor, deparamo-nos com paisagens e nesse sentido, com cultura e memória. As lembranças, neste caso, tornam-se parte desse processo que constitui a paisagem e definem valores e sentidos para a natureza. (SCHAMA, 1996: 26)

Segundo Schama, para entender e identificar os olhares cristalizados e definidores da natureza é preciso primeiramente conseguir visualizar os mitos construídos para esta natureza histórica. Paisagem não é algo dado, ela é construída na memória e se manifesta enquanto cultura, remodelando-se nas temporalidades:

Todavia, mesmo levando em conta essas variações, é claro que os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos. (SCHAMA, 1996:26)

Entretanto existem dificuldades para realizar tal tarefa de identificação e reflexão. Para Schama, a dificuldade em discernir a antiguidade dos mitos é que os lugares antigos, muitas vezes, são remodelados por elementos da contemporaneidade como, por exemplo, a criação de um parque selvagem no lugar de uma floresta tida como primitiva. Nas palavras do autor: “Perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensivamente, a permanência dos mitos essenciais”. (SCHAMA, 1996: 27)

Segundo Simon Schama, todas as paisagens, desde o parque urbano às trilhas na montanha, possuem a marca das obsessões humanas. “Paisagem” é cultura antes de ser natureza, ou seja, uma construção da imaginação que se projeta sobre mata, água e rocha. (SCHAMA, 1996: 28) A paisagem não é apenas um repouso para os sentidos, um lugar para se buscar a tranquilidade. Antes, é obra da própria mentalidade composta por uma variedade de lembranças. Assim, seguindo nesta reflexão, paisagem e cultura não podem ser vistas dissociadas e com isso, o ideal de natureza que vai instituir os parques pelo mundo afora não pode ser compreendido separado da cultura. De acordo com Schama:

Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda natureza que temos. (SCHAMA, 1996: 17)

De uma maneira geral, para Antonio Carlos Santana Diegues, o objetivo de delimitação de áreas para preservação era

manter espaços com atributos ecológicos importantes, não sendo permitida moradia de pessoas em seu interior. De acordo com o autor, a concepção que defende a preservação destas áreas provém do século XIX, criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem que, segundo seus idealizadores, estava ameaçada pela civilização urbano-industrial destruidora da natureza. (DIEGUES, 2001:13)

Neste sentido, para o naturalismo do século XIX, “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ‘ilhas’ onde este pudesse apenas admirá-la”. (DIEGUES, 2001:13) Outro objetivo desta corrente era transformar estes lugares em espaços onde o homem urbano pudesse se revigorar do trabalho monótono das cidades. Desta forma, instituiu-se o que Diegues denominou de “neomitos”, ou seja, a existência de um mundo natural selvagem e intocável, uma espécie de paraíso perdido.⁵ (DIEGUES, 2001: 14)

Através destes debates que lentamente instituíram valores ambientais, o primeiro Parque Nacional criado no mundo foi Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, resultado das ideias preservacionistas que ganhavam forças. De algum modo, os debates que instituíram o PNI, desde sua criação, estiveram relacionados com estes ideais de natureza intocada, os quais foram utilizados como argumentos para legitimar a expropriação dos agricultores colonos que viviam no seu interior.

Para Diegues, a transposição do modelo de Unidades de Conservação Ambiental sem moradores para outros países, está na

⁵Segundo Diegues, esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica, mas que parecem reproduzir o mito do paraíso perdido, um lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. É interessante observar, pois, assim como Diegues, Schama também traz em suas reflexões a ideia do paraíso perdido quando se refere à criação da reserva de Yosemite nos Estados Unidos como o primeiro Éden americano.

base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Este modelo de UC lentamente foi construindo a ideia de incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem ganhou cada vez mais a marca do destruidor do mundo natural e por isso, deveria ser mantido separado destas áreas. (DIEGUES, 2001: 37)

É interessante, pois os parques nacionais apareceram nestas discussões apenas como objetos de visitação. A floresta surge quase naturalizada e o homem apenas pode observar este mundo selvagem. Seja o “Éden” ou “o paraíso perdido”, a natureza é apresentada enquanto repouso para o homem urbano que busca refúgio da vida agitada do mundo moderno industrializado. De alguma forma não se evidencia nos discursos fundadores do moderno ambientalismo, uma preocupação que busque evitar futuras modificações ou garantir a biodiversidade permitindo o equilíbrio ecológico.

No ano de 2009 a empresa que administra o parque, Cataratas S/A, em parceria com a Itaipu Binacional, lançaram o Projeto Memória das Cataratas. Este por sua vez tinha como objetivo formar um acervo fotográfico com imagens do parque e principalmente das Cataratas do Iguaçu, o que culminou no lançamento do livro: *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu*.

A obra em questão com aproximadamente 180 páginas, está repleta de imagens que trazem momentos de descontração de diversas famílias que visitaram o parque em diferentes décadas. O parque representado na obra aparece apenas como espaço de visitação e passagem. Um lugar selvagem e natural, uma espécie de refugio e contemplação para o homem moderno.

Em nenhum momento da obra as famílias que viviam dentro do PNI foram citadas. Um campo de memória em disputa e em

permanente reconstrução. Legitimar a natureza intocada possibilita de alguma maneira realizar e garantir a exploração turística.

Com 185 mil hectares sob domínio da Mata Atlântica, mantém ainda em estado original parte de um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, abrigando riquíssima diversidade de fauna e flora, resguardando espécies ameaçadas de extinção e conservando no seu interior grande número de rios e córregos. (Correa, 2009: 13)

É possível pensar na paisagem estabelecida, assim como Schama ressalta. A obra memorialista do Parque Nacional do Iguaçu busca reconstruir a paisagem natural do parque, naturalizando lugares e formas de se relacionar com o meio ambiente. O silenciamento das famílias e povoados não apaga apenas as relações estabelecidas dentro do parque, mas também, histórias e viveres constituídos no Oeste do Paraná. Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu é a luta pela manutenção da paisagem do Parque Nacional do Iguaçu enquanto um espaço selvagem e natural, apagando da memória oficial as distintas organizações sociais e viveres que se constituíram naquele espaço.

Warren Dean, interessado principalmente nas transições, lançou olhares para as transformações ocorridas na Mata Atlântica brasileira, realizando uma história crítica da exploração econômica desenvolvida em diferentes temporalidades. A partir desta abordagem é possível perceber as diversas estratégias políticas adotadas pelos governos em tempos e espaços distintos, movendo discursos com valores ambientais que nem sempre condizem com os interesses do Estado.

Para José Augusto Drummond, a primeira referência aos parques nacionais, estaduais e municipais na legislação brasileira foi feita através do Decreto Lei 23.793, de 23 de janeiro de 1934, o

chamado *Código Florestal 49*. Por meio deste documento, os parques ou espaços demarcados para tais fins passaram a ser concebidos como monumentos naturais públicos, merecedores de preservação pelo seu valor estético e científico. Ainda neste código, foi determinada a criação de uma guarda florestal e estabeleceu-se o Conselho Federal Florestal. (DRUMMOND, 1999: 23)

É correto dizer que o PNI como hoje é conhecido não estava instituído da mesma maneira no período em que as diversas famílias o ocuparam. Assim busco a partir das narrativas dos remanescentes deste processo, compreender os outros usos e significados concebidos ao parque. Lidar com estas experiências narradas possibilita entender não apenas a constituição da natureza hoje sacralizada, mas também, os espaços de sociabilidades constituídos e hoje vivos, apenas nas memórias.

Para lidar com as distintas narrativas ricas em significados, busquei principalmente em Alessandro Portelli um aporte capaz de suprir a discussão teórica sobre as fontes orais. Entendendo a entrevista como uma troca de olhares em que tanto entrevistado, quanto entrevistador estão investigando e sendo investigados. Deve-se olhar para a entrevista como uma experiência mútua ou nas palavras do autor: “Uma entrevista é uma troca de dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Os dois sujeitos interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida”. (PORTELLI, 1997: 09)

Para Portelli, a partir da História Oral podemos refletir mais sobre significados do que sobre eventos. As entrevistas por sua vez, podem revelar aspectos desconhecidos de eventos até mesmo conhecidos, mas que, de certa forma, muitas vezes na frieza dos documentos escritos, não emergiram com tanta força quanto na oralidade. Para o autor, “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o

que agora pensa que fez”. (PORTELLI, 1981: 31) É importante destacar que esta memória reivindicada nas narrativas não é apenas um depósito de sentidos, é também um processo ativo de criação de significações.

Residente atualmente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu, as memórias do senhor Anairo Ferreira possibilitam lançar os olhares iniciais para esta reflexão. Na década de 1960, o senhor Anairo juntamente com sua esposa, fizeram parte do processo de migração e colonização do espaço Oeste do Paraná. Na sua própria fala:

Eu saí de lá (*aqui ele se refere ao estado Rio Grande do Sul*) com 22 anos. Nós se casamos com 22 anos, dia 30 de outubro de 1962. E daí, nós tava comprando essas terras aqui no Paraná que tinha um senhor que fazia caravana pra trazer o pessoal aqui pra comprar as terras. Era o Ernesto Zanuz que trazia o pessoal pra cá, ver as terras e vender pra quem fizesse negócio com eles né, que não era bem deles a terra. Eles tinha pegado pra revender, vender, sei lá. Era do doutor Coutinho e Milton não sei do quê. Eles tinha pego essas terras pra vender e que a escritura, era terra legal, daí o finado pai comprou deles essas terras. (Anairo Ferreira, 2009)

Esta narrativa pode facilmente ser enquadrada como mais uma, no processo de migração de sulinos na ocupação do território Oeste do Paraná, motivados por projetos de colonização privados com intuito de ocupar a fronteira nacional e agrícola. Porém, na continuação da fala é possível perceber a qual espaço a narrativa se refere:

E depois com o tempo, fiquemos sabendo que era pra ser parque ali, não podia ficar lá dentro morando. Daí pra frente já começaram mexer e trabalhar pra tirar o povo de lá. Tinha mais de 400 famílias lá dentro. Daí então foi que eles, o INCRA, comprou essa terra aqui do Santos Guilherme e daí o povo foi *removido* pra cá, no Ocoí né. (Anairo Ferreira, 2009) [*grifo meu*]

Para muitos dos agricultores o espaço que estava sendo ocupado não era visto enquanto espaço de proteção ambiental. Imbricados nos processo de ocupação e colonização, o parque, era apenas mais uma área de terra como as demais existentes. Sobre esta questão, o senhor Alfredo Matte, nascido no Rio Grande do Sul e que ainda jovem migrou para o Paraná, instiga a refletir:

É, sobre o Rio Grande do Sul não dá pra falar muita coisa que era essas coisas mais antigas sabe, eu nasci lá e me criei num lugar até 21 anos. Daí em [19]64 nós viemos pro Paraná e o meu pai comprou terras ali na *colônia de Santo Alberto que na época era colonização nova!* [grifo meu] (Alfredo Matte, 2009)

Chamo a atenção para a frase em itálico. Em nenhum momento o senhor Alfredo expressa que nesta experiência de migração sua família e outros migrantes estavam cientes que o espaço ali ocupado estava demarcado enquanto uma área de proteção ambiental. Para ele era apenas mais uma colônia ou, em suas palavras, uma colonização nova.

Aos olhares das famílias envolvidas, haviam realizado este processo de uma forma legal. Muitas delas viram-se enquanto vítimas do próprio processo de constituição do parque, ao mesmo tempo em que participavam do processo mais amplo de ocupação da fronteira nacional e agrícola no Oeste do Paraná. Nas palavras do senhor Severino: “Não era verdade, porque Santo Alberto não era parque”. (Severino Berres, 2009)

O senhor Severino Berres ao se referir a Santo Alberto não está olhando para uma reserva ambiental na concepção formada pelo movimento intelectual e político de uma natureza dissociada do ser humano. Está ressignificando aquele espaço que hoje é tomado pelo Estado como uma Unidade de Conservação selvagem e intocada. Para o senhor Severino e muitos outros que viveram a expropriação,

as áreas desapropriadas eram, antes de qualquer coisa, espaços de sociabilidades, de constituição de modos de viver e lugares da presença humana.

Dando mais detalhes daquilo que marcou sua memória, o senhor Severino relata os primeiros anos que viveu dentro do Parque Nacional do Iguaçu.

Fome lá passava quem não trabalhava. Porque que nem te falei, feijão, arroz, tu colhia, mandioca quem plantava tinha. Aí vamos supor: tu tinha feijão, tinha mandioca, tinha arroz, daí tinha chuchu, pra come, tinha abóbora, então era assim. Comia bastante palmito. O palmito era pra fazer, como é que se diz, salada. Cortava pedacinho assim colocava numa panela e cebola, alho, uma pimentinha e fazia assim. Ficava gostoso pra comer. Ou senão, cozinhava ele e fazia salada. Não mas, tinha galinha, tinha ovo e tinha muito bicho, muitas aves no meio do mato, tu não perdia tempo. Então de noite você passava ali e armava a arapuca, os nambu grande tu pegava, pegava de monte. (Severino Berres, 2009)

Para o senhor Severino, só não conseguia superar as dificuldades iniciais quem não trabalhava e não se identificava com a terra. Além de trazer para a entrevista narrativas deste processo que o marcou, está também atribuindo significados e valores para o espaço ocupado e para aqueles que migraram. Neste caso, a relação com a terra e o trabalho são atributos que identificam estes sujeitos. O trabalho aparece como elemento central de valor da identidade camponesa e o espaço, o fruto da possibilidade a mercê das mãos humanas.

Apesar das tentativas de reprodução dos modos de vida no campo caracterizados pela criação de animais e o plantio, estas pessoas, nos primeiros meses de ocupação/ colonização, do PNI, foram levadas a realizar outras práticas de subsistência. Um exemplo foi a realização do extrativismo de palmitos e a caça de pequenos

animais, atividades que complementavam os subsídios da família. Neste caso, passavam a sobreviver também da floresta.

Entretanto, a necessidade de construção de espaços de sociabilidade marcou estes lugares, marcas que de alguma maneira encontram-se submersas na floresta replantada ou naquela que se espalha vagarosamente independente da ação humana. De uma forma ou de outra, o atual Parque Nacional do Iguaçu possui os vestígios deste processo, sejam os restos de construções, as diferentes espécies de plantas que foram inseridas pelos migrantes ou até mesmo as grandes áreas de pastagem que se encontram no meio da mata.

O senhor Severino ajuda a entender estes indícios. Sua narrativa abaixo traz um pouco do processo vivido para a construção do clube e da igreja no interior do PNI, mais precisamente no núcleo populacional de Santo Alberto:

Nós tinha um campo de futebol, nós tinha igreja aquela época. Nós tinha um salão que tinha construído aquela época lá era, era, não sei o tamanho. Não me lembro muito bem, mas era uns 15 metros de largura por 25 de comprimento e tudo construído por nós mesmo sabe. Tudo com madeira. Se associava, dava uma tora ali e deixava a tora pronta, o caminhão vinha, carregava e levava na serraria. Então, o que que a serraria fez, com essa madeira da igreja e do clube. Então o dono da serraria falou o seguinte: “eu vou fazer o seguinte, eu pego as tora a metade pra mim e a metade pra vocês, pra sociedade”. Foi feito assim. Daí não precisava pagar nada, ele pegava as tora, serrava e aí a sociedade ia pra pegar a madeira. (Severino Berres, 2009)

Não dá para deixar de notar a organização estabelecida na tentativa de recriar os espaços físicos tomados enquanto necessários para constituição de relações sociais. Aos poucos os modos de vida foram sendo reconstruídos sob a forma de espaços de sociabilidade,

que também forneciam sentidos e valores para a vida social, como por exemplo, a igreja e o clube.⁶

Além de cumprir um papel de diversão e descontração, principalmente nos fins de semana, o clube tratava-se também de um lugar utilizado como centro de reuniões e organização política para estes sujeitos. Aos poucos, os espaços institucionais e de sociabilidade foram sendo construídos, não de uma mesma forma que um dia existira, mas mesmo assim, no ambiente da vida comunitária.

Para construir estes lugares, uma rede de relações de reciprocidades em geral horizontais, entre os agricultores e aqueles que possuíam meios de produção, fora estabelecida. Como não possuíam condições financeiras suficientes para comprar madeira, muitas das benfeitorias particulares e os lugares de uso comum foram construídos com as próprias árvores que retiravam de suas terras. Isso só foi possível devido a acordos estabelecidos com donos de serrarias que preparavam a madeira e, em troca, recebiam como pagamento parte da extração.

Chama atenção como este processo se apresenta tão vivo na memória do senhor Severino. Em alguns momentos, pela riqueza de detalhes, parecia estar falando de algo experimentado alguns dias atrás. Por último, ao falar: “tudo construído por nós mesmo”, o senhor Severino mais uma vez reivindica aquilo que construíram e de certa forma, perderam. Não se refere apenas à sua família, mas sim a uma vida em comunidade experimentada e construída por diversas famílias no interior do Parque Nacional do Iguaçu.

Outro depoente, o senhor Vitorino Kuhn relata sua experiência dentro do PNI. Diferente dos demais, o senhor Vitorino

⁶ Ver SCHREINEIR. O autor analisa a construção de laços de solidariedade e vizinhança na experiência de vida dos assentados. Reciprocidades que se constituem a partir do convívio da vida cotidiana e nos enfrentamentos políticos.

migrou jovem e solteiro, estabelecendo um pequeno comércio no povoado denominado São Luiz, próximo a Santo Alberto. O comércio consistia em uma pequena loja, ou em suas palavras, “secos e molhados”. Segundo ele, “Inclusive, eu tinha um comércioinho na época lá, lá dentro. Ali era tipo uns secos e molhados. Até pinga pra começar (risadas).” (Vitorino Kuhn, 2009)

É interessante perceber na fala do senhor Vitorino como ele situa o seu antigo estabelecimento “lá dentro”. Fala isso a partir de seu presente, dando a entender que em sua memória a antiga propriedade e experiências de vida, ficaram trancafiadas no espaço hoje tomado com selvagem. Enquanto migrante, não tem mais a possibilidade de entrar no parque para visualizar aquilo que antes fora seu, pois terá somente acesso às áreas destinadas para visitantes e ainda assim, terá que pagar o valor do ingresso.

Para o senhor Vitorino, o seu comércio era também lugar de diversão, um espaço importante para a manutenção das relações de sociabilidades que estavam sendo construídas naquele lugar. Quando questionado sobre isso, continuou:

A é era ali mesmo, era ali mesmo. E daí a gente lá, fim de semana abria a bodega lá e a turma jogava uma bochinha uma sinuquinha uma pinguinha também, de vez em quando saía uma briguinha também (risadas). Não tanto assim mas foi divertido. (Vitorino Kuhn, 2009)

No decorrer da fala é interessante observar que, ambos espaços foram sendo construídos nos diferentes povoamentos dentro do parque. Comércio, escolas, igrejas e clubes eram as tentativas de recriar os lugares de sociabilidades e restabelecer os antigos modos de viver trazidos consigo no processo migratório. Nas palavras do senhor Vitorino:

Fizeram até uma igrejinha lá bem onde que tinha o meu comerciozinho lá uma escolinha tinha e depois fizemos

uma igreja lá. Então, era comercio do lado igreja assim, então domingo era isso que tinha. (Vitorino Kuhn, 2009)

É importante destacar que os laços de reciprocidades, geralmente horizontais também constituíam as relações sociais nestes núcleos de povoamento. Se estabelecer em um novo local, proporcionava condições que muitas vezes só eram possíveis de serem superadas a partir da reciprocidade com vizinhos e/ou parentes. Nas memórias do senhor Vitorino:

Também trabalhava na roça sim, eu tinha um pedacinho de terra junto né. Lá no parque nós trocava dia assim, eu com o meu cunhado lá. Ele me ajudava as vezes na tal de bodega que eu falei né. No comérciosinho lá e eu ajudava ele a carpir ou plantar uma coisa assim, era tudo mais ou menos, dinheiro não envolvia muito. (Vitorino Kuhn, 2009)

Uma narrativa de um passado vivido que emerge repleta de significados construídos no presente. Quando se refere que lá no parque trocavam dias, o faz refletindo sobre a atualidade e o valor de mercado instituído ao trabalho no campo. Para ele, o viver no parque estava mais constituído de laços de reciprocidades do que nos dias de hoje. Entretanto é importante destacar que estes laços de reciprocidades não estão ausentes de tensões e enfrentamentos. Ao ser questionado sobre aquilo que mais sente falta daqueles tempos vividos, com certa objetividade respondeu: “Olha, a simplicidade do pessoal era bonito lá. Era tudo o mesmo nível, meio póbrão assim. E a pescaria que era, tinha bastante peixe lá. Nossa!” (Vitorino Kuhn, 2009)

Tal afirmativa constitui também um processo de reflexão que o senhor Vitorino faz durante a entrevista. Só foi possível adotar tal postura e conclusão a partir da análise e comparação do presente com o passado. Em sua memória, o parque ainda aparece enquanto o lugar ideal de se viver, o espaço onde a simplicidade humana

existia, longe da ganância atual. Para muitos destes sujeitos, viver naquilo que passou a ser chamado de parque nacional ficou marcado em suas lembranças como sinônimo de bons tempos.

Imerso nesta reflexão de presente e passado o senhor Vitorino continua a narrar suas lembranças da vida em São Luiz:

Tinha outro riozinho que a gente chamava de Mingau e o Rio Iguaçu. Inclusive tinha um senhor lá que ele gostava de uma caximbrina, caximbrina quer dizer, (faz um sinal de virar um copinho). E ele pescava bastante. Ele me trazia peixe a vontade. Eu tinha 4, 5 as vezes, bocudo de baixo, amarrado assim vivo no riozinho. Assim de baixo pertinho da minha morada lá. E quando eu queria comer eu ia lá e buscava. Pra você vê né, faça isso aí hoje pra vê se pára um lá (risadas). Ah! Aí fazia troco né, ele pegava assim às vezes uma coisinha pro neto, gostava muito dos neto dele daí ele comprava bala. (Vitorino Kuhn, 2009)

Mais uma vez as relações de trocas emergem na fala do senhor Vitorino. A falta de dinheiro não evitava as negociações em seu comércio. A troca de mercadorias e/ou favores aparece como um elemento quase comum em sua narrativa. Todavia o faz mergulhado no passado, mas revalorizando a partir do presente. Para o senhor Vitorino, hoje este tipo de ação se tornou quase impossível, pois talvez nem os peixes conseguiria guardar, frente a sua interpretação do mundo vivido.

O rio, e o viver perto do rio, também constituíram outros significados para o senhor Vitorino. Apesar das dificuldades que muitas vezes um rio possa oferecer, como por exemplo, travessia ou períodos de cheia, para ele, e para outros que lá viveram, estes espaços eram olhados com outras concepções:

Aquele campinho de futebol (risadas), era tipo beira rio assim, só tinha um lado seco o resto era banhado em roda (risadas). Quando a gente ganhava um joguinho meio apertado, jogava as bola direto lá na água e só tinha uma. (risadas). (Vitorino Kuhn, 2009)

Relações que podem também ser percebidas em outros relatos. Os viveres dentro do atual Parque Nacional do Iguaçu foram repletos de valores e significados que estavam longe de entender aquele espaço enquanto um lugar selvagem e intocado. Para estes depoentes, a mata era também um elemento que constituía formas de vida. Para o senhor Severino, as lembranças da juventude estão marcadas também por momentos de diversão constituídos na mata:

Porque o jovem naquela época sabe, não tinha, ir aonde? Aonde? Em casa porque, no meio do mato vai aonde? Pegava a espingarda os cachorro saia pro mato, voltava e daí, primeiros tempo então nós fazia o que? Nós pegava os cachorro, saco nas costas com palha de milho dentro, então nós descascava o milho, porque o milho era todo em espiga ainda né, depois tirava pra da pros porco, daí entrava lá no mato, lá longe no mato. Daí de noitezinha, a gente ia lá tacava fogo nas cana que era oca, embaixo era um oco assim, e em cima também. Então nós colocava fogo aqui embaixo daí depois começava a pegar fogo lá encima né e daí de noitezinha nós chegava em casa sentava assim e via lá longe no mato aquela labareda pra cima, aquele fogo. Daí uma hora dessa escutava assim abrir, daí ele quebrava em pedaço e abria no meio, esse era o nosso divertimento que nós tinha no domingo (risadas). (Severino Berres, 2009)

Além de sentido de lazer que a floresta possibilitava principalmente para os mais jovens, ela também era utilizada enquanto meio de subsistência, o que foi muito frequente nos primeiros anos da ocupação. O extrativismo e a caça para o consumo familiar foram algumas das atividades que garantiram a permanência de muitas famílias. Neste sentido, o viver no campo que antes era empregado tivera que ser substituído e/ou complementado pelo viver na e da floresta.

O pai as vezes no domingo de tarde ele dizia: hoje eu vo caçar pra vocês! Entremos no mato, logo os cachorro tocaram uma cutia né, entro na toca ele meteu a mão pra pegar puxou pra fora, no que ele puxou pra fora não sei o que que deu se ela mordeu ele deu um pulo e soltou ele,

ela foi embora, (risadas), ele queria mostrar pra nós e perdeu nossa cutia! Sabe eu me lembro muito bem um dia a gente, a mãe falou: amanhã nós não temos carne, nada pra comer, daí era uma tarde de chuva assim, bem de tardezinha assim com um sol, que nem agora assim umas sete horas um poquinho mais, sete e meia por ali. Daí eu e ele (aponta para o irmão), pegamos os cachorro e fomos pela estrada assim, daí eu acho que não caminhamo uns 500 metros, os cachorro correm uns 20, 30 metros coaram lá, corremos lá pegamo o tatu matamo chegamo em casa já com o tatu. E carne pro outro dia já tinha. (risadas). (Severino Berres, 2009)

A floresta narrada pelo senhor Severino não aparece enquanto um símbolo intocado e natural. Ela faz parte do seu cotidiano e aprender a se relacionar com ela garantiu muitas vezes, a subsistência da família. Tal atividade não deve ser confundida como caçada por esporte ou para consumo de um grande mercado, mas sim como prática de vida familiar inserida no modo de viver no campo de pequenos proprietários.

O espaço hoje reivindicado como natural, selvagem e intocado, em outros tempos foi marcado pela presença humana. As marcas físicas podem até estarem submersas pela vegetação que se reconstrói, entretanto, a maior das marcas está nas memórias daqueles que viveram dentro do que passou a ser chamado de Parque Nacional do Iguaçu.

Assim deixo como reflexão para também pensar o Parque Nacional do Iguaçu a memória narrada do senhor Bruno Alfredo Bowfler: “Tinha time de futebol, tinha igreja, tinha escola. Se não me engano eram quatro salas de aula, uma escola grande. Tinha duas salas de comércio. Uma vila comum.” (Bruno Alfredo Bowfler, 2008) Significados que se reelaboram nas memórias do senhor Bowfler, como também, nas memórias de muitas outras pessoas que passaram por situações semelhantes em meio a este processo de mudança forçada. Experiências vividas e rememoradas, reestruturadas e analisadas, possibilitando perceber e apreender as

relações sócio-ambientais neste campo de ocupação/colonização e demarcação de um espaço de proteção ambiental.

Fontes:

Entrevista de Alfredo Matte, mais de 60, gravada em 28 de fevereiro de 2009. Casado e atualmente aposentado, nasceu no Rio Grande do Sul. Migrou ao Paraná em 1964 e ocupou/colonizou Santo Alberto, dentro do PNI. Em 1974 foi desapropriado e reside atualmente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu –PR.

Entrevista de Anairo Ferreira e Ana Regina Ferreira [esposa], gravada em 12 de fevereiro de 2009. Ambos do Rio Grande do Sul, migraram em 1962 já casados. Atualmente residem no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

Entrevista de Bruno Alfredo Bowfler, mais de 60. Casado, migrou ainda jovem do Rio Grande do Sul para o Paraná por volta de 1964 e ocupou/colonizou São José do Iguaçu, dentro do PNI. Atualmente está aposentado como professor.

Entrevista de Irma Sauzen, Eugênio Sauzen [filho] e Claudete Terezinha Sauzen [nora e esposa], gravada em 17 de fevereiro de 2009. Senhora Irma migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná com 38 anos de idade e 8 filhos, entre eles, o senhor Eugênio. Ocuparam/colonizaram São José do Iguaçu dentro do PNI.

Entrevista de Severino Berres, gravada em 29 de janeiro de 2009. Migrou do Rio Grande do Sul com a família em 1965 e ocupou/colonizou Santo Albert, dentro do PNI. Foram desapropriados em 1975. Reside atualmente em Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

Entrevista de Vitorino Kuhn, gravada em 12 de fevereiro de 2009. Natural de Porto Lucena, Rio Grande do Sul, migrou solteiro, em 1969. Em 1974, casado, foi desapropriado. Reside atualmente em Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

ESCRITAS

Decreto nº 1035 de 10 de janeiro de 1939. Delimita a criação do PNI.

Decreto nº 6.505 de 17 de maio de 1944; nº 6.587 de 14 de junho de 1944 e nº 6.664 de 7 de julho de 1944. Definem ampliações da área de abrangência do PNI.

Lei nº 4771 - de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

JORNAL MENSAGEIRO. *Audiência sobre Estrada do Colono traz esperança*. Medianeira, 12 de dezembro de 2009.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília. 1981.

Bibliografia:

ABDALA, Guilherme Cardoso. Uma abordagem socioecológica do Parque Nacional de Brasília – estudo de caso. Brasília: UNESCO, 2002. 82p.

ARAUJO, Hermetes Reis. Da Mecânica ao Motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. Projeto História, São Paulo, (23), p.151-168, nov. 2001.

BONASSA, Tânia L. Estrada do Colono, ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2004.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURIAN, Paulo Procópio. Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica – ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006.

CORREA, Marcos Sá. Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu. Cascavel, PR: Tuicial, 2009.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DEAN, Warren, A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Edson dos Santos. Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (dês)integração do oeste-sudoeste paranaense. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono no processo de ocupação do Oeste-Sudoeste paranaense. Anais eletrônico do IV Congresso Internacional de História, UEM, Maringá, 2009. DOI: 10.4025/4CIH.PPHUEM.383.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec / Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.2, n.3 e 4, p.127-48, jul./dez. 1998 e jan./jun. 1999.

FORTKAMP, Cristiane. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (pest): história e conflito sócio-ambiental (1975-2007). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2008.

LATOUR, Bruno. A ecologia política sem a natureza? Projeto História, São Paulo, (23), p.31-44, nov. 2001.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, - Gestão Ambiental, Universidade de Brasília - UNB, Brasília - DF. 2007.

MIRANDA, E. E.; GAMBARINI, A. Natureza, Conservação e Cultura. Ensaio sobre a relação do homem com a natureza no Brasil. São Paulo: Metalivros, 2003.

MURARI, Luciana. Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo: Alameda, 2009.

RICOBOM, Arnaldo Eugenio. O Parque do Iguaçu como Unidade de Conservação da Natureza no âmbito do Mercosul: os problemas decorrentes da degradação ambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1981. p. 25-39.

_____ Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP. São Paulo – Brasil, 1997, p. 7-24.

_____ A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempos, Rio de Janeiro, vol. 1 nº 2, 1996, p. 59-72.

SANTANA, Ricardo Felix. Valor de existência, uma ferramenta para a gestão de políticas públicas: o caso do Parque Nacional do Jaú/ AM. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UNB, Brasília – DF, 2003.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEY DE BRITO, Maria Cecília. Unidades de Conservação; Intenções e Resultados. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1995.

WUNDER, Roni. O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do Setor Elétrico Brasileiro e da Legislação Ambiental no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2003.

Artigo recebido em 10/08/2011

Artigo aceito em 20/11/2011

